

A ATUAÇÃO DOS PSICÓLOGOS NA EDUCAÇÃO: PESQUISA SOBRE PROJETOS DE LEI NO ESTADO DO PARANÁ

Lorena Gonzalez Donadon Leal (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Marilda Gonçalves Dias Facci (Orientador), e-mail: marildafacci@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas / Maringá, PR.

Psicologia

Palavras-chave: Psicologia escolar; legislação; Psicologia Histórico-Cultural.

Resumo:

O objetivo deste trabalho é apresentar um levantamento de artigos que tratam da atuação dos psicólogos na escola e Projetos de Lei sobre a inserção dele na rede pública de educação. A pesquisa se fundamentou na Psicologia Histórico-Cultural. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando compreender a atuação do psicólogo escolar e a relação entre desenvolvimento e aprendizagem, utilizando autores clássicos e artigos publicados. Além disso, foi feita uma pesquisa documental de projetos de lei sobre a inserção do psicólogo na educação e concursos para o cargo de psicólogo nos municípios do estado do Paraná no período de 2007 a 2017. O levantamento de leis resultou em 69 municípios que continham o termo psicólogo ou psicologia, dentre os quais 27 apresentavam leis sobre educação. Foram constatadas também as leis que continham descrição do cargo de Psicólogo (35 municípios) e editais de concursos (15 municípios). Como resultado, observamos que as atribuições incluem as diversas áreas de atuação, de forma generalista, sem definir cargos específicos para a área escolar. Com isso, consideramos importante uma formação que instrumentalize o psicólogo para intervenção em vários campos de atuação, levando em conta as condições histórico-sociais que produzem os fatos humanos. Também reforçamos a ideia da importância de concursos específicos para a área escolar, assim como aprovação de leis que garantam a inserção desse profissional na escola.

Introdução

A profissão de psicólogo foi regulamentada pela Lei 4.119, de 1962 e desde essa época a lei reafirma o campo educacional como espaço de atuação do psicólogo escolar. Facci (1998) afirma que a Psicologia Escolar surge num contexto social e histórico determinado com o propósito de diagnosticar e tratar problemas de aprendizagem, baseado em uma visão psicometrista, selecionando os que fossem 'aptos' a aprender e depositando no aluno a

culpa pelo fracasso no seu desempenho escolar. No entanto, nos anos de 1980 despontaram várias críticas à forma como o psicólogo vinha atuando na escola no modelo clínico-remediativo. Também chegam ao Brasil obras da Psicologia Histórico-Cultural e elabora-se a Pedagogia Histórico-Crítica. Ambas compreendem o homem como síntese das relações sociais e analisam que a educação é fundamental para o processo de humanização (Leontiev, 1978). Defende-se que o homem não deve ser trabalhado como ser único e individual, visto que ele está inserido em um contexto específico no qual se relaciona com a natureza e com outros homens, interiorizando e se apropriando de formas de funcionamento dadas pela cultura e transformando-as em instrumentos de pensamento e ação (Meira, 2000). Para Vigotski (2000) a apropriação dos conhecimentos científicos é fundamental para que as funções psicológicas superiores se desenvolvam, possibilitando ao homem tomar consciência da realidade. O professor, nesta perspectiva, faz a mediação entre os conteúdos curriculares e o aluno, levando o estudante a compreender a realidade de forma mais ampla. Considerando estes pontos, entendemos que é imprescindível a proposição de políticas que garantam a inclusão de psicólogos na educação, o que nos levou a proposição desta pesquisa, buscando analisar Projetos de Lei sobre a inserção desse profissional na rede pública de educação.

Materiais e métodos

A primeira atividade realizada foi a pesquisa bibliográfica. Foi feita a leitura e fichamento de obras sobre o desenvolvimento humano tendo como perspectiva a Psicologia Histórico-Cultural, de autores tais como L. S. Vigotski, A. N. Leontiev e A. R. Luria. Também foi realizado o levantamento de artigos na base de dados da Scielo, utilizando como palavra-chave Psicologia Escolar. Os textos auxiliaram na compreensão da temática do estudo. Paralelamente, foi feito o mapeamento dos municípios do estado do Paraná utilizando como banco de dados o site www.leismunicipais.com.br. Foram buscadas as leis que continham as palavras “psicólogo” e “psicologia” dos 399 municípios do Estado. Foram selecionados apenas os documentos datados entre 2007 e 2017, respeitando um período de dez anos.

Resultados e Discussão

A partir da pesquisa no site citado, dos 399 municípios foram localizados 69 que apresentavam alguma referência a leis e projetos com os descritores selecionados. Os outros 330 municípios não tinham suas leis cadastradas. Entre os 69 municípios encontrados, 27 possuíam leis relacionadas à área da educação (alguns tinham mais de uma lei) conforme pode ser observado no Quadro abaixo.

Quadro 1 - Leis relacionadas a educação (n =27)

Conteúdo da lei	Freq.
Plano municipal da educação, regimento interno ou plano de	17

cargos e salários	
Programas de atend. a saúde mental dos professores	02
Obrigatoriedade de encaminhamento de crianças com TDAH para psicólogos e médicos especializados	01
Criação de comissões ou comitês envolvendo representantes do Conselho Regional de Psicologia	03
Atendimento escolar	03
Atendimento Socioeducativo	01
Composição de grupos multiprofissionais contendo psicólogos	03
Bullying na escola	01
Atendimento para alunos com dislexia	01

Encontramos, também, 35 municípios que continham descrições do cargo de Psicólogo. A tarefa que mais apareceu foi a realização de psicoterapias, em segundo lugar atividades relacionadas à área da educação e em terceiro a área da saúde. Atividades relacionadas à assistência social e recursos humanos também tiveram posição de destaque. Aplicação de testes, produção de relatórios e participação em equipes multiprofissionais foram outras tarefas atribuídas ao profissional de Psicologia. Tal fato demonstra o quanto as atribuições são gerais, sem especificar uma área específica de atuação. Destes 35 municípios, 28 apresentavam, dentre as atribuições as atividades relacionadas à educação, conforme quadro a seguir.

Quadro 2 – Atribuições ao psicólogo relacionadas a educação (n = 28)

Atribuições	Freq.
Formação de professores	14
Auxílio da elaboração de métodos de ensino	11
“Reeducação de crianças no caso de desajustamento familiar ou escolar”	09
Avaliação psicológica de alunos	08
Trabalho com alunos atípicos	05
Trabalho com alunos com dificuldade escolar	05
Planejamento de programas de educação	05
Trabalho na educação especial	04
Trabalho com os pais	03

Podemos observar que as atividades propostas estavam vinculadas a comunidade escolar de forma geral, seguindo o que tradicionalmente vem sendo trabalhado por psicólogos escolares.

Dos municípios investigados, 15 apresentavam concursos para o cargo de psicólogo. No edital eram expostos os pré-requisitos para o cargo, conteúdo específico da prova e a descrição do cargo. Mais uma vez os conteúdos eram diversos, de várias abordagens teóricas e com atribuições de trabalho em escolas, na área de recursos humanos, nas unidades básicas de saúde, no Núcleo de apoio a saúde da família (NASF), nas escolas especiais, entre outras formas de atuação.

Conclusões

A partir dos levantamentos realizados constatamos que são propostas atividades muito amplas para o psicólogo, sejam nos editais de concurso, seja na descrição das atividades. Os aspectos específicos da Psicologia Escolar estiveram poucos presentes nos documentos localizados.

Nas atividades específicas da área de escolar, observamos que o profissional é solicitado tanto para trabalhar no ensino regular como na educação especial, além de auxiliar no planejamento de estratégias para a melhoria da educação. Diante disso, consideramos a importância de o psicólogo ser formado e realizar estágios nas várias áreas de atuação, de forma a instrumentalizá-lo para compreender o desenvolvimento do psiquismo de forma ampla, respeitando, no entanto, as especificidades de trabalho em cada área. A atuação do psicólogo escolar deve estar atenta ao processo ensino-aprendizagem e trabalhar em prol do desenvolvimento máximo das potencialidades dos alunos e dos professores, com vistas ao processo de humanização. Também reforçamos a ideia da importância de concursos específicos para a área escolar, assim como aprovação de leis que garantam a inserção desse profissional na escola.

Agradecimentos

Agradecemos ao CNPq pelo apoio financeiro por meio de bolsa de iniciação científica.

Referências

FACCI, M. G. D. **O psicólogo nas escolas municipais de Maringá: a história de um trabalho e a análise de seus fundamentos teóricos.** 1998. 252 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo.** Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

MEIRA, M. E. M. Psicologia Escolar: Pensamento Crítico e Práticas Profissionais. In: TANAMACHI, E. R., ROCHA, M. L.; PROENÇA, M. **Psicologia e Educação: desafios teóricos práticos.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 35-72

VIGOTSKI, L. S. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.